

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE MAIO DE 2007**-----

-----Aos sete dias do mês de Maio de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e Maria Joana Vidinha Batista e Moraes Silvestre.-----

-----Faltou o Sr. Presidente da Câmara, cuja falta foi deliberado justificar.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia, a Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que deveria ter sido feita Ordem de Trabalhos para a presente reunião, mesmo que fosse com os assuntos não cumpridos na reunião anterior.-----

-----Disse a mesma autarca que há um banco vandalizado na Rua Dionísio Saraiva, em Almeirim, que deve ser retirado por ser perigoso e um incentivo ao vandalismo. E aconselhou que os bancos do Jardim da República fossem pintados e reparado o que se encontra cortado.-----

-----Perguntou o que aconteceu para a Piscina estar fechada no passado dia trinta.-----

-----Deu os parabéns ao Sr. Vereador José Carlos da Silva pela facilidade e rapidez com que aprende, mas não aprende a melhorar as coisas e lamentou que essa facilidade não seja posta ao serviço da autarquia. Referia-se ao facto deste Vereador, na sua resposta ao Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos quanto ao programa das comemorações do Vinte e Cinco de Abril, ter hesitado na resposta e referido o hastear da bandeira, não tendo

invocado um vasto leque de comemorações do qual os Vereadores da oposição não foram informados. E aludiu que foram inaugurados os Campos de Petanca, com placa que atribui um título a quem não o tem, ao Professor Sousa Gomes, e não é normal a autarquia atribuir títulos a quem não os tem, porque Professor é um título superior ao de licenciado.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que as placas são iguais a várias outras e, quanto ao título, lembra outro autarca do Distrito, também invocado como Professor, porque, tal como o Professor Sousa Gomes, também era professor de profissão. E acrescentou que a Sr^a Vereadora deve sofrer de algum problema mal resolvido e reconhece que lhe deve custar ver que a obra dos campos de petanca ficou muito bem.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre, igualmente professora de profissão, secundou a posição do interveniente quanto ao uso da profissão como vocativo.-----

-----Continuou a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que, também o Sr. Vice-Presidente se esqueceu de informar que o Senhor Ministro da Administração Interna se deslocava a Almeirim para aqui ser feita a apresentação dos meios de combate a incêndios a utilizar na próxima época.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a actividade não era de cariz municipal, mas foi apenas anfitriã do evento. E que irá encaminhar o protesto para o Sr. Governador Civil, que convidou o Presidente da Câmara a estar presente. O Concelho de Almeirim limitou-se a receber o Senhor Ministro da Administração Interna, os convites foram da responsabilidade do Governo Civil, que convidou quem entendeu.-----

-----A autarca interpelante perguntou se a Câmara ou o Partido Socialista, porque considera que a oposição devia ter sido informada.-----

-----Mais disse a mesma eleita que foi de mau gosto o convite à comunicação social para escrever um artigo após um passeio com o Presidente da Câmara e é mesmo um insulto para os jornalistas.--

-----E continuou lembrando que na passada reunião solicitou e

foi-lhe recusado que as obras de saneamento à volta do Mercado parassem um dia ou dois, a fim de se efectuar o acompanhamento arqueológico necessário às obras em locais sensíveis do ponto de vista histórico, concretamente à área do Paço Real. Historicamente pouco resta e Almeirim foi sede de Cortes durante muito tempo e teve importância de relevo no período monárquico, a Câmara reconhece que a zona pode conter vestígios de interesse, e a lei obriga a averiguar se existem ou não, pelo que, perante a recusa do executivo, enviou carta ao IPA solicitando a sua intervenção a fim de obrigar a Câmara a cumprir a lei.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva disse que, quanto ao programa das Comemorações do Vinte e Cinco de Abril comunicado na reunião de dezasseis de Abril, não se lembra de ter tido qualquer hesitação, até porque não veio para a Câmara aprender a trabalhar, trabalhou vinte e nove anos numa empresa onde se habituou a planear, projectar e construir. Na altura deu a informação que tinha e ligou para a Sr^a Vereadora Manuela Cunha dizendo que esperava os programas das freguesias, após o que, enviou à Sr^a o programa completo e o entregou pessoalmente ao Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que isso foi de véspera e, com certeza que no dia dezasseis já estava tudo programado.--

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que na entrada de Almeirim, pela estrada de Santarém, continuam as construções ilegais e a pastagem de póneis, pelo que era conveniente mandar lá os serviços de fiscalização.-----

-----O mesmo autarca perguntou se já foi resolvida a questão das águas paradas nos lagos do jardim do Charquinho, em Almeirim, que podem ser causa de insalubridade.-----

-----Reportando-se à atrás mencionada iniciativa do Governo Civil referiu o Sr. Vereador que não entra nesta questão mas, quem anda na vida política como o Sr. Governador, sabe que devia convidar todo o executivo, porque ainda não é emissário do Partido Socialista. Mas não o choca a atitude.-----

-----Relativamente à situação do concurso de jornalistas, disse que é uma perfeita aberração os termos em que foi proposto e o 'quarto poder', com a autonomia e a dignidade que se reconhece aos jornalistas, merece ser respeitado. Acha, por isso, que não se deve voltar a repetir esta iniciativa que deixa mal o Presidente e todos o executivo. O Sr. Presidente já apresentou um pedido de desculpas aos jornais e ao Sindicato dos Jornalistas e os almeirinenses não precisam de propaganda nos jornais.-----

-----Salientou o mencionado Vereador que já passou um ano e meio desde que o PSD apresentou na Assembleia Municipal uma proposta para suprir as barreiras arquitectónicas no Cartório Notarial e na Conservatória dos Registos Civil e Predial. Se na primeira repartição o problema foi resolvido com a mudança de instalações, na Conservatória mantém-se e propôs que esta autarquia tome a iniciativa, independentemente da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, já que não é difícil resolver. É o repto que aqui deixa, valendo o mesmo para o Tribunal, que, mediante autorização da autoridade competente, tomar a iniciativa que se impõe.-----

-----Quanto à pesquisa de achados arqueológicos na envolvente do Mercado Municipal, registou o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos que, aquando do lançamento do livro de Henrique Pina, foi alertado que naquela zona haveria vestígios de valor arqueológico. Sabe-se que foi a zona de implantação do Paço Real e há conhecimento que os sinos que ali estavam foram levados para Salvaterra de Magos e mais tarde para Sintra. Considera que devia ser averiguado se até à chamada Cerca do Hospital haverá vestígios que mereçam ser protegidos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente salientou que, no mandato anterior, foram efectuadas pesquisas arqueológicas junto à Cerca do Hospital e nada foi encontrado.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha interrompeu dizendo que 'pela ERA'.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que sabe que a Sr^a está

contra as empresas privadas, mas agradece-lhe que não o interrompa, porque também não interrompe a Sr^a quando usa da palavra. E, após outra interrupção, respondeu que foi oficiado à Direcção-Geral dos Registos e Notariado, que não respondeu, e mesmo para uma intervenção da autarquia, aquela entidade terá de dar autorização.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que quer que lhe seja conferido igual tempo de intervenção quanto o utilizado pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Acrescentou esta Vereadora que, em relação ao suprimento das barreiras arquitectónicas do Cartório Notarial, lá por ser privado não deixa de ser obrigado a cumprir.-----

-----Foi respondido que o actual serviço está instalado na Zona Norte e não existem no prédio barreiras arquitectónicas.-----

-----Continuou a mesma Vereadora que pretendeu ver se a ERA tinha autorização do IPA e foi-lhe dada. E que os trabalhos feitos na Cerca do Hospital foram umas mini-escavações que não serviram para nada.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a Sr^a não vem para aqui dizer o que quer sem que ninguém se lhe oponha, não se tratou de um trabalho de ânimo leve, foi efectuado um concurso e foi efectuado por uma empresa credenciada.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que é sempre a mesma empresa que ganha todos os concursos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que as empresas apuradas em concurso regem as suas propostas por um Caderno de Encargos igual para todas.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que não recebeu qualquer convite para as cerimónias oficiais da Câmara, nem por telemóvel nem por e-mail. Quanto ao concurso para construção do Posto de Transformação na Zona de Serviços de Paço dos Negros (aludido em resposta a questão colocada pelo público presente) salientou que, para ser executado com maior rapidez efectuou-se um concurso limitado e a empresa vencedora, que merece tanta consideração quanta qualquer adega cooperativa, está com

problemas em cumprir o contrato.-----

-----Em relação ao famigerado concurso para Chefe de Secção e do qual resultou uma proposta sua para instauração de um processo disciplinar, uma vez esgotadas todas as possibilidades para agendar o assunto e resolvê-lo internamente, e perante a sugestão do Sr. Presidente da Câmara para recorrer aos tribunais, informa que vai enviar esta semana à Inspecção-Geral de Administração do Território o documento que lê a seguir, acompanhado das Actas das reuniões de dezanove de Março, dois de Abril, dezasseis de Abril e de hoje. Acrescentou que, para si, é um ponto final nesta matéria e vai aceitar sem reclamação a posição do IGAT, seja ela qual for.-----

-----«Exmo Senhor Inspector Geral da Administração do Território - Inspecção Geral do Território (IGAT),-----

-----Excelência,-----

-----Francisco Manuel Maurício do Rosário, portador do BI nº 2026036 do A.I. de Santarém, vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, morador na rua António Sérgio, nº 22ª, 1º Esquerdo, 2080-062 em Almeirim, vem requerer a V. Exa que, de acordo com as competências estipuladas no artigo 12º número 2 alínea c) do Decreto-Lei 97/2003, de 7 de Maio conjugado com as atribuições previstas na alínea a) do artigo 3º do Decreto-Lei 64/87 de 6 de Fevereiro **"averiguar do cumprimento das obrigações impostas por lei às autarquias locais e suas associações e federações"**, que se digne mandar proceder à reposição da legalidade reiteradamente violada pela actuação do presidente da câmara municipal de Almeirim, em efectividade de funções, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, com os fundamentos seguintes:-----

-----1 - De acordo com o estipulado no artigo 87º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, indiquei (*cf. Documentos que anexo*) para constar na Ordem do Dia das sessão ordinárias da Câmara Municipal de Almeirim que tiveram lugar nos dias 19 de Março e 2 de Abril de 2007, cumprindo integralmente o previsto na Lei, nomeadamente o artigo

18º do (CPA) Código do Procedimento Administrativo, indicando de forma expressa e especificando os respectivos procedimentos como prescreve o artigo 17º número 4 do CPA. Na reunião de 2 de Abril, conforme consta da respectiva acta, solicitei formalmente o agendamento do assunto para a reunião de 16 de Abril.-----

-----2 - Conforme consta da Acta da reunião de 19 de Março, e da Acta da reunião de 16 de Abril, o senhor presidente da câmara municipal de Almeirim, senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e na da Acta da reunião de 2 de Abril, presidida pelo vice-presidente senhor Pedro Miguel César Ribeiro, não foi dado cumprimento ao estipulado na alínea p) do nº 1 do artigo 68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, conjugado com o número 1 do artigo 18º do CPA, pondo em causa o regular funcionamento deste órgão autárquico.-----

-----3 - Aliás esta posição de reiterada violação das normas legais está expressa também, e publicamente, no jornal local " O Almeirinese" Número 899 de 15 de Abril de 2007 a página 4 "*Apesar de ausente na reunião pública de Abril, Sousa Gomes fez chegar à redacção, uma proposta de recomendação onde esclarece que, mediante tudo o que foi exposto, tendo também em atenção os pareceres jurídicos entretanto apresentados sobre a matéria, "é minha intenção não voltar a agendar este ponto sob pena de praticar acto ilegal. Assim sendo aconselho o Sr. Vereador a recorrer ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria".* (anexa-se fotocópia)-----

-----4 - Nestes termos verifica-se, que salvo melhor opinião nesta matéria, foram violadas, nomeadamente o preceituado no nº ii) da alínea a) e iii) da alínea b) do artigo 4º da Lei 29/87 de 30 de Junho alterada pela Lei 52-A/2005 de 1 de Outubro, incorrendo numa ilegalidade grave traduzida na consecução de fins alheios ao interesse público (alínea i) do artigo 9º da Lei 27/96 de 1 de Agosto).-----

-----5 - Por outro lado a actuação do presidente da câmara municipal de Almeirim, senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, foi premeditada e de clara má fé, de modo a impedir o

regular funcionamento do órgão executivo da Câmara Municipal e das suas competências previstas **no Artigo 18º** (*Competência disciplinar sobre os funcionários e agentes ao serviço das autarquias locais e das associações e federações de municípios*) do *Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local D.L. n.º 24/84, de 16/01*) **número 1 "A competência disciplinar sobre os funcionários e agentes das autarquias locais e das associações e federações de municípios pertence aos respectivos órgãos executivos."***"in Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte Processo 01013/01 - Porto data 02-03-2006 e Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte Processo 00126/04 data 23-09-2004")*.-----

-----Nestes termos e fundamentos venho requerer a V. Exa a urgente actuação de modo a que **este órgão autárquico possa prosseguir o seu regular funcionamento** de acordo com as normas legais em vigor.-----

-----Câmara Municipal de Almeirim, sete de Maio de dois mil e sete. O Vereador, Francisco Manuel Maurício do Rosário.»-----

-----Salientou que a lealdade para com os seus parceiros o obriga a tornar pública esta decisão e terá muito gosto em comentar a posição da IGAT, quando houver resultados. Isto é um ponto final no assunto, porque há coisas bem mais importantes para os almeirinenses que o concurso para Chefe de Secção. É pena que o Sr. Presidente não esteja presente, mas esta é a segunda falta oportuna do Sr. Presidente a uma reunião pública.-

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício manifestou a sua preocupação quanto aos problemas que invocou de seguida:-----

-----1 - A nova associação em defesa do aeroporto da Ota - entende que a nova Associação faz parte de uma estratégia dos Concelhos a norte do Tejo, já alertou o Sr. Presidente para o tratamento que os Concelhos a sul do Tejo estão a receber, com o objectivo dos fundos comunitários e lembra que estas estão completamente distraídas. As autarquias de Azambuja, Rio Maior, Cartaxo e Santarém estão a colar-se a este projecto e nós estamos a descolar, distraídos. Gostava de saber por que estamos

fora do processo, se já assumimos a divisão entre as Câmaras do Norte e do Sul do Tejo e não vê, a nível da CULT nem da autarquia, tomar decisões em defesa das autarquias do Sul. O projecto Águas do Ribatejo demonstra que os municípios ricos vão procurar empresas para avançar com o processo, nós vamos juntar os tostões numa empresa intermunicipal.-----

-----2 - No que concerne ao tomate, somos dos Concelhos mais prejudicados, afectando cinco mil postos de trabalho. Gostava de perguntar ao Sr. Presidente porque não teve o direito de manifestar a sua opinião e mostrar a sua solidariedade aos agricultores em risco de sofrerem mais prejuízos.-----

-----3 - Em relação ao vinho considera que a Câmara devia unir esforços em defesa de uma das principais fontes de riqueza do Concelho e manifesta a sua preocupação pelo facto de Almeirim fazer parte da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, presidida pelo representante do Concelho do Cartaxo, que definiu objectivos, e aí definiu a sede, enquanto Almeirim terá um papel secundário.-----

-----O Sr. Vice-Presidente, tecendo considerações às palavras do orador que o antecedeu, disse concordar com a análise quanto às Câmaras ricas e pobres e, quanto às Águas do Ribatejo e à ligação a um parceiro privado que irá injectar milhões no processo, não percebe por que a CDU na altura votou contra e agora vota a favor. E disse aguardar a reformulação dos fundos na CULT e as contas finais. Acrescentou que há intenção deste município em criar uma estratégia de divulgação e promoção dos vinhos com marca Ribatejo, que irá beneficiar Almeirim e para a qual é importante que o próximo certame corra bem.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha respondeu, quanto às águas, que o Sr. Vice-Presidente está mal informado. No tocante à Ota quis registar que é dramático quando num país se organizem autarcas para defender a construção dum aeroporto, uma infra-estrutura que deve ser pensada e gerida a nível nacional, compatibilizando estratégias técnicas e ambientais e que não devia estar a sofrer pressões de uns Concelhos a favor e outros

contra. E considera positivo que Almeirim não tenha procurado intervir no processo, que deve ser conduzido a nível nacional. Entende que as directivas comunitárias quanto ao tomate vai trazer mais prejuízos aos agricultores do Concelho e, quanto ao vinho e os prejuízos que as novas normas vão acarretar, não se perspectiva nada de bom e considera lamentável que o Presidente da Câmara não tenha aqui trazido uma proposta para aprovação de uma moção que marque a posição desta Câmara. No que respeita à Associação de Municípios, considerou a mesma autarca que o Sr. Presidente da Câmara do Cartaxo é um homem de olho vivo e pé ligeiro e na área do vinho agiu rapidamente, criou um Museu do Vinho, criou uma Feira do Vinho e avançou com esta Associação de Municípios, pelo que a única coisa de que o pode acusar é de ser um espertalhão, não o pode acusar pela actuação em defesa do seu Concelho.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse considerar oportuno solicitar alguns dados à CCDRLVT para suporte a uma actuação estratégica na área dos vinhos e na implementação da marca Ribatejo. No que toca ao tomate, o assunto está a ser tratado em Bruxelas e a autarquia não pode intervir, porque tem a ver, sobretudo, com a atribuição de subsídios. A preocupação alarga-se às indústrias transformadoras e seria necessário um lobby forte, mas as perspectivas não são animadoras.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----ACTAS - Aguardam aprovação as Actas de dezoito de Dezembro de dois mil e seis, de dois de Janeiro, cinco e dezanove de Fevereiro, cinco e dezanove de Março, dois, dezasseis e trinta de Abril, todas de dois mil e sete. O executivo ordenou que fossem distribuídas, novamente, cópias aos Srs. Autarcas, para posterior análise.-----

-----2 - PESSOAL-----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS - Foi presente o requerimento do funcionário José Jacinto Pereira dos Santos solicitando que lhe sejam justificadas as faltas que dará a sete, oito, doze e treze de Julho e treze e catorze de Setembro, para participação no Campeonato Nacional na modalidade de Carpfishing.-----

-----A Câmara deliberou considerar as faltas justificadas.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS - Para a deliberação que segue ausentou-se o Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro.-----

-----Foi presente a carta da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim na qual solicita o fornecimento de refeições ao pessoal afecto ao DICIF dois mil e sete, de cinco elementos nos períodos de quinze de Maio a trinta de Junho e de um a quinze de Outubro e de doze elementos de um de Julho a trinta de Setembro, do corrente ano.-----

-----A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações do autocarros ao serviço das seguintes entidades:--

-----Escola do Moinho de Vento - oitenta e cinco euros e setenta cêntimos; Escola P três - cinquenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos; Escolas do Moinho de Vento e P três - quarenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos; Escola Secundária Marquesa de Alorna - cento e cinco euros e noventa e um cêntimos; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros - duzentos e setenta e três euros e sessenta e três cêntimos; Hóquei Clube Os Tigres - cento e noventa e sete euros e noventa e dois cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - cento e setenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim - quatrocentos e seis euros e cinquenta e três cêntimos; Footkart - trezentos e sessenta e nove euros e quarenta e sete cêntimos; Rancho Adulto da Casa do Povo de Almeirim - duzentos e um euros e trinta e

oito cêntimos; Rancho Folclórico de Paço dos Negros - duzentos e cinquenta e nove euros e sessenta e três cêntimos; Banda Marcial de Almeirim - cento e dezassete euros e cinquenta e quatro cêntimos; CRIAL - cento e oitenta e cinco euros e dezoito cêntimos; ATL do Centro Paroquial - duzentos e vinte e quatro euros e setenta e dois cêntimos; Centro de Estudos Palmo e Meio - duzentos e sessenta euros e sessenta cêntimos; Casa de Repouso de S. João Baptista - duzentos e oitenta e cinco euros e vinte e três cêntimos; Associação Sénior de Almeirim - cento e noventa euros e vinte e dois cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do município - dois mil quinhentos e cinquenta e sete euros e vinte e sete cêntimos.-----

-----EMBAIXADA DE CUBA - O executivo tomou conhecimento da comunicação da Embaixada da República de Cuba respeitante às declarações do Movimento dos Países não Alinhados e do Governo de Cuba, sobre a libertação de Luís Posadas Carriles por um Tribunal dos Estados Unidos.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - - A pedido da Confraria Gastronómica de Almeirim, a Câmara deliberou atribuir as transferências de mil euros, para o almoço da cerimónia de entronização e de três mil duzentos e cinquenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos, com destino à impressão do Livro de Receituário do concelho e do qual receberá quinhentos exemplares.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou implantar no cruzamento das Ruas Guilherme Nunes Godinho com as Ruas Sá da Bandeira e Marechal Gomes da Costa, em Fazendas de Almeirim, lombas e passadeiras de peões elevadas.---

-----PROTECÇÃO CIVIL - O Sr. Vice-Presidente informou que a empresa Nova Geo perguntou se estaríamos interessados em protagonizar uma aplicação piloto na área da Protecção Civil, de

que seríamos parceiro mediante o pagamento de um preço reduzido, comparativamente ao que vai ser praticado na venda final.-----

-----Solicitaram cópia para análise os Srs. vereadores Francisco Maurício, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----TRANSPORTES URBANOS DE ALMEIRIM - O Sr. Vice-Presidente referiu que foi aprovado há meses um novo percurso dos TUA e o aumento de tarifas, com introdução do bilhete diário. Este só é impresso em Inglaterra, tem a edição mínima de dez mil exemplares e seria demorado na execução. Solicita, por isso que o bilhete diário seja adaptado de modelo já existente e que o novo preço dos serviços entre em vigor a partir de um de Junho.-

-----O executivo concordou.-----

-----RESÍDUOS SÓLIDOS - O Sr. Vice-Presidente apresentou um exemplar de um mini-ecoponto doméstico, do qual propôs a aquisição de mil exemplares, para oferecer à população por ocasião de um concurso que servirá como sensibilização para a separação de resíduos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que estas operações cheiram a Valentim Loureiro. Ou a Câmara define um bairro para implementar um programa piloto, porque tem de haver uma metodologia nos lixos, ou é uma palhaçada, e há que zelar pelos gastos de dinheiros da Câmara. Está perfeitamente de acordo que a autarquia adquira, mas há modelos mais eficientes. Isto é mais um lixo que se fabricou para fazer lixo. Entende que a Câmara pode decidir uma experiência piloto num determinado bairro, para aquilatar da adesão, e depois constata se serviu de incentivo. Ou isto de fazer concursos, não é bem a farinha Amparo ou os frigoríficos do outro. O Concelho tem carência de contentores, o Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo já alertou para as necessidades na freguesia e temos de ir mesmo para o que faz falta. Estamos a entrar no ridículo e estamos a 'loureirizar' a Câmara de Almeirim.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou qual o

critério de atribuição.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que também aqui esteve e ouviu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica e é intenção aumentar o número de locais para recolha de reciclado, não depende apenas da Câmara, é feito no âmbito da RESIURB e ECOLEZÍRIA e não podemos aumentar a capacidade a nosso prazer. O previsto concurso será realizado em dias diferentes para Almeirim e para as freguesias e para concorrer o município apresenta o último recibo de água e alguns objectos para reciclar. Está prevista numa primeira fase a distribuição de mil exemplares, a fim de aquilatar da adesão e o objectivo é incentivar as pessoas a reciclar.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse concordar com a iniciativa, mas tem de haver um propósito maior, inserido numa estratégia que, no futuro, passará por haver um contentor em cada rua, na dimensão necessária para a separação dos resíduos. Se não houver continuidade, fica por aí.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse querer registar em Acta que o ambiente é como tudo: para haver resultados eficazes é preciso actos baseados em estratégias, objectivos com princípio, meio e fim, com persistência e duração. Não se mudam hábitos com alguns meses de propaganda. Em Portugal já há excelentes exemplos, como as Câmaras de Oeiras e Almada que conseguiram resultados porque previamente definiram estratégias a longo prazo para a recolha selectiva de resíduos, tratamento, etc., e é essa estratégia que ainda estamos aqui a aguardar com interesse que o Sr. Vereador Pedro Ribeiro venha a apresentar e que podia passar por conseguir fazer algo e medir os resultados, saber se o dinheiro a gastar tem resultados positivos e é para continuar. Os actos desgarrados são como foguetes - a cana queima e não resta nada. Sem dúvida que o Vereador fica muito popular, mas não resulta. Acrescentou que faz separação de resíduos domésticos há muitos anos, mesmo sabendo que no Aterro iam todos para o mesmo buraco.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou o custo de cada

ecoponto doméstico, ao que o Sr. Vice-Presidente respondeu que o preço unitário é de cinco euros.-----

-----Submetido o assunto a votação, o executivo deliberou aprovar a proposta do Sr. Vice-Presidente, por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou que vota a favor porque considera positivas todas as iniciativas tomadas para proteger o ambiente, e no tocante à recolha e separação de resíduos, vai apoiar sempre. Deixou ressalvado e sugeriu que deve ser elaborado um plano estratégico, donde constem os objectivos, prazos e custos, a fim de que a cidade fique mais limpa e mais cuidada.-----

-----Às dezassete horas e dez minutos saiu a Sr^a Vereadora Joana Silvestre.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva justificou que vota a favor em função do objectivo que representa, pela iniciativa e pelo apelo à consciência cívica dos cidadãos, embora tenha algum receio que, neste momento, o produto final daquela separação seja, infelizmente, o contentor comum.-----

-----O Sr. Vice-Presidente declarou que, natural e obviamente, votou a favor porque esta iniciativa tem como objectivo aumentar a separação de resíduos e, consequentemente, aumentar a reciclagem. É intenção da Câmara desenvolver contactos com a Ecoléziria para aumentar os locais de recolha que se encontram espalhados no Concelho e acrescentou que também não irá lá colocar mamarrachos, como diz a Sr^a Vereadora, uma vez que também o próprio faz, há muito, a separação e reciclagem. No entanto tem de realçar o facto da Sr^a Vereadora Manuela Cunha ser contra esta iniciativa, que tem sido utilizada noutros concelhos com bons resultados, o que o leva a crer que a Sr^a Vereadora ficou aborrecida pelo facto da ideia não ser dela.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou que faz da sua declaração anterior à votação, a declaração de voto.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que vota a favor da iniciativa mas faz votos que a mesma seja o início de uma estratégia alargada da implementação de ecopontos no nosso Concelho. Aproveitou para alertar que esta iniciativa deve ser acompanhada de informação aos munícipes, quanto ao modo de separação do lixo doméstico. O PSD votou a favor mas espera que esta acção não seja apenas mera campanha do PS.-----

-----PROTOCOLO COM AS ADEGAS COOPERATIVAS - O Sr. Vice-Presidente distribuiu informação aos seus pares sobre o número de quilos de uva entregue e número de sócios do Concelho de Almeirim nas adegas cooperativas, acrescentando que o assunto passa para a próxima reunião.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que os Protocolos de cooperação técnica deviam ter mais cláusulas de salvaguarda dos interesses do Município e não limitarem-se a exigir os fins que as mesmas adegas têm a obrigação de alcançar. Embora compreenda o fim a que se destina este Protocolo, sugere que venha anexado o plano estratégico, designadamente o que pretendem fazer dos montantes a entregar, já que as obrigações plasmadas nas minutas não são suficientes. Por uma questão de posição institucional fará chegar a sua posição sobre o assunto.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o agora proposto não tem nada a ver com o que foi aprovado anteriormente e solicitou que lhe fosse fornecido parecer jurídico quanto à actual proposta, designadamente se um protocolo pode vigorar para além do mandato em vigor, já que a fórmula proposta extravasa o actual mandato e tem dúvidas da validade das deliberações para além do próprio mandato.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que entende as intervenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD e não percebe estas novas propostas. Enquanto exercia as funções de Vice-Presidente, embora não concordando com a proposta em reunião de Câmara, secundou-a pelo facto do Sr. Presidente ter prometido o

apoio à Adega Cooperativa de Almeirim e a deliberação foi tomada tendo em conta a sua situação financeira. Mas não partilhará favoravelmente novas propostas, a não ser que existam mesmo situações extraordinárias e que as resoluções desencadeiem tratamentos de equidade com outras empresas. Concordou em legitimar a proposta do Sr. Presidente da Câmara mas pensa que a actual situação vai desencadear uma onda de erros sucessivos com os quais não pode concordar.-----

-----ALDESC, EM - O Sr. Vice-Presidente protelou para a próxima reunião a votação da prestação de Contas da ALDESC, EM.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que não quer deixar de colocar a questão de que é inadmissível que o Sr. Presidente se tenha permitido aceitar o pedido do Sr. Vereador Francisco Maurício de adiamento da deliberação sobre as Contas da empresa municipal e depois distribuiu as mesmas à Assembleia Municipal, sem estarem aprovadas.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que, face ao parecer da Associação Nacional de Municípios que, nos termos da lei, interdita os Srs. Presidente, Vice-Presidente e Vereador José Carlos da Silva de votarem as Contas de dois mil e seis, entende que o impedimento lhe é aplicável e não participará na votação, por ter integrado uma gestão da empresa no mesmo ano.--

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que não é por causa imputável ao PSD que as Contas da ALDESC não são aprovadas nesta reunião.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha acrescentou que nem por causa da CDU.-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - Foi novamente presente o parecer do consultor jurídico ao Júri do concurso em título, dando razão ao concorrente reclamante, pelo que o executivo deliberou solicitar ao Júri a sua proposta de

deliberação final.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício recomendou ao executivo e, nomeadamente, à Sr^a Vereadora da Educação, que desenvolva ainda este mês todos os mecanismos necessários para o atempado fornecimento das refeições escolares no próximo ano lectivo, se não, daqui por um ano ainda estamos a discutir o concurso de refeições para o ano dois mil e sete/ dois mil e oito.-----

-----ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM PAÇO DOS NEGROS - O Sr. Vice-Presidente propôs a votação da proposta da empresa ERA - Arqueologia, SA para a realização de sondagens de diagnóstico no Pórtico de Paço dos Negros, pelo preço de quatro mil oitocentos e noventa e cinco euros, a que acresce o IVA, após a entrega dos elementos pedidos pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Esta autarca disse que tem todo o direito de requerer o que lhe devia ter chegado pela Câmara e o IPA achou que as escavações não deviam ser feitas dessa forma mas doutra e com maior número de sondagens. Porque lhe foi dada uma informação que não foi transmitida com toda a veracidade pelo Sr. Presidente sobre a intervenção da Associação de Defesa do Património, para justificar as escavações no terreno contíguo ao Pórtico, as quais deveriam ser custeadas não pela Câmara, mas por quem estava interessado em construir. Mas aqui ainda nos queriam fazer pagar ao Sr. A autorização para entrar no terreno dele. Perante isso, é normal a Vereadora querer todos os documentos. Se formos ao blog do Dr. Eurico Henriques, ele esclarece que não conhece os arqueólogos, que não esteve nas escavações e foi convidado a ir lá um dia, a seguir aos trabalhos, quando estava tudo feito. A autarca disse estar a favor da realização de escavações arqueológicas em todas as zonas marcadas na Carta Arqueológica do Concelho, no sentido de aquilatar vestígios, embora nem todos os momentos sejam oportunos, deviam ser feitas depois da classificação do património. E perguntou se o miolo do terreno dentro do Pórtico é todo propriedade da Câmara.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva respondeu que o Sr. Presidente disse, na altura, que o terreno em causa é do Município. E acrescentou que a Sr^a Vereadora tem razão no que disse quanto ao Dr. Eurico Henriques: foi lá chamado para testemunhar que as sete intervenções foram feitas nos locais designados e o que tinha sido encontrado. O Sr. Concordou que tudo parecia indicar que ali tinha havido uma horta mas, no seu entender, as escavações deviam continuar no terreno agora proposto para intervenção.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o relatório das escavações representa uma mais-valia para entregar o trabalho à ERA, sem concurso e que se trata de um relatório preliminar que deve ser aprovado pelo IPPAR. Pediu a um arquitecto seu amigo e a vários arqueólogos para analisarem o relatório e foi-lhe informado que o relatório não contém algo de fundamental: a contextualização do sítio onde se está a fazer a busca. Se tivesse havido uma contextualização da intervenção, os buracos deveriam ter sido feitos junto à ribeira.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que, perante o valor dos trabalhos, o Sr. Presidente tem competência para adjudicar.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que para respeitar os limites da competência do Presidente, a proposta vem um bocadinho abaixo, mas na mesma já está aberto o primeiro passo para os trabalhos a mais, que podem levar a alterações de metodologia e, logo, rever o preço. E acrescentou que votaria favoravelmente com a condição de ser só a primeira fase de sondagem e para ir mais longe deve ser feita uma consulta pública.-----

-----Submetido o assunto a votação, a Câmara deliberou, por maioria, adjudicar os trabalhos de sondagens de diagnóstico à mencionada empresa, pelo preço indicado, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou que vota a favor porque entende que estão satisfeitas as condições legais para este fornecimento de serviços, já que pelo seu valor poderia ser

feito por ajuste directo, porque a modalidade não permite trabalhos a mais, e porque este trabalho pode contribuir para o conhecimento mais real do valor histórico do Pórtico de Paço dos Negros.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que vota a favor da adjudicação à empresa ERA por considerar importante esclarecer de uma vez por todas a existência de vestígios arqueológicos, não só na envolvente, mas também no próprio complexo do Paço Real de Paço dos Negros. Por outro lado, considero que se encontram verificados todos os pressupostos legais para o ajuste directo com a ERA, dado o valor em questão, que até o Sr. Presidente poderia ter adjudicado o serviço no âmbito das suas competências próprias, pelo que foi uma perda de tempo o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que vota contra a proposta apresentada pelo Sr. Presidente a esta reunião.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que vota a favor e gostaria de referir que este assunto não necessitava ser presente a reunião de Câmara, podia ser contratado o ajuste directo pelo Sr. Presidente, o que prova a forma aberta como o assunto está a ser tratado.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A Câmara deliberou não usar o direito de preferência na venda do direito de superfície que Eliseu António Veríssimo Feijão vai fazer da fracção autónoma correspondente ao primeiro andar direito do bloco vinte e três da Rua Vinha do Santíssimo, em Almeirim.-----

-----OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - A Câmara tomou conhecimento da carta de Abílio Augusto Loureiro que acompanha um abaixo-assinado de pessoas que pretendem não seja encerrado o posto de abastecimento de combustíveis instalado no Largo Manuel Rodrigues Pisco, em Almeirim.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, quando veio a reunião a retirada do posto de combustíveis do local, perguntou se estava tudo bem com o proprietário e foi-lhe dito que era pacífico e depois viu no jornal que a situação não era exactamente essa pelo que lamentou que, da primeira vez, a informação dada não tenha correspondido à verdade.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - A Câmara deliberou vender a Almeihorta, Produtos Hortícolas, Lda o lote número cento e onze da Zona de Actividades Económicas, em virtude da empresa ter dado cumprimento a todas as obrigações para com a autarquia.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou que vota favoravelmente esta deliberação por ir de encontro ao Regulamento da Zona de Actividades Económicas.-----

-----Foi presente o parecer do consultor jurídico relativamente à carta de Plantiagro - Jardinagem e Agricultura, SA, presente a reunião de vinte de Novembro de dois mil e seis, e na qual comunica que a empresa se encontra em processo de cisão a fim de separar as actividades de jardinagem e agricultura, pelo que solicita autorização para transmitir a Plantiagro II - Agricultura e Silvicultura, SA o lote número cento e dois da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, com dispensa pelo pagamento da compensação a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do respectivo Regulamento, por não se tratar de um negócio, mas apenas uma cisão, tendo as empresas os mesmos administradores.-----

-----Alega o jurista que a nova empresa mantém a mesma estrutura accionista e por isso pode ser dispensada de pagar a sanção compensatória a que alude.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - No Período do Público usaram da palavra os seguintes munícipes:-----

-----Sr. Osvaldo de Oliveira Caniço que solicitou medidas contra a falta de fornecimento de electricidade, arruamentos e águas ao seu lote na Zona de Serviços de Paço dos Negros, que impedem a sua carpintaria de trabalhar e pediu a resolução do problema, porque se desloca à Câmara todas as semanas, sem resultados práticos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que existe um problema com a empresa a quem foi adjudicada a construção do posto de transformação, que está na origem da demora.-----

-----Sr. José Ambrósio Matias, que disse ter-se deslocado do espaço da feira para um espaço arrendado na Praça de Touros, onde vende artigos agrícolas de sua produção e, nos dias de feira os restantes vendedores usam a via pública, com prejuízo para quem paga rendas e as obrigações fiscais, fazendo uma concorrência desleal.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva confirmou esta situação e respondeu que se está a ultimar o espaço da feira mensal, onde estes vendedores terão lugar, com fiscalização efectiva à entrada, inclusive das obrigações fiscais.-----

-----Às dezoito horas e trinta minutos o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Vice-Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição